

# Democracia exige cumprimento de regras, diz FHC

Fotos: Ed Ferreira/AE

Na primeira entrevista na Internet, no site do 'Estado', presidente fala sobre a questão social e garante que nada vai comprometer o equilíbrio fiscal

SÍLVIA FÁRIA

**B**RASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece que, além da motivação política, a onda de protestos enfrentada por autoridades governamentais tem base social. A insatisfação vem dos servidores, que sofreram impacto direto do ajuste das contas do governo sobre seus salários. “No momento, não há uma greve no setor privado”, disse, em sua primeira entrevista na Internet, aos portais Estadão e Terra.

Já as agressões às autoridades foram repelidas com veemência. O presidente chamou de fascistas os manifestantes que não respeitam o direito do outro e lembrou que os governantes foram escolhidos por milhões de eleitores, o que deveria ser respeitado pelos que protestam. “Assim como respeito a oposição e as manifestações – e eu respeito –, eles têm de me respeitar”, declarou, defendendo a prisão para quem transgredir a ordem democrática.

A queda de popularidade do governo decorre da crise do Real, que despertou desconfiança na população quanto à garantia da estabilidade, na avaliação do presidente. Mas ele está convicto de que vai superar as dificuldades, com a retomada do crescimento econômico, que criará mais empregos. Além disso, vai imprimir maior velocidade à execução de políticas sociais, dará suporte aos governos estaduais para uma atuação agressiva contra a violência e insistirá na realização de uma reforma tributária que desonere as exportações e simplifique a vida do contribuinte. Os projetos não implicarão, porém, o comprometimento do equilíbrio fiscal. “A necessidade de manter hoje as contas equilibradas é universal, na China ou em qualquer país do mundo.”

Fernando Henrique também condenou a corrupção na cidade de São Paulo: “É uma vergonha.” Ressalvou o lado positivo das punições aos vereadores, alguns cassados e presos, e o afastamento do prefeito Celso Pitta. A seguir trechos da entrevista:

**Popularidade** – Não mudei o rumo do governo, o estilo de governar. Agora, houve uma mudança grande – a crise do Real. A população sentiu aquilo como uma espécie de traição. E não foi. Foi uma crise provocada

por pressão externa. O governo não agüentou manter o Real como era antes. Isso foi em janeiro de 1999 e, logo em seguida, veio uma onda de pessimismo baseada, realmente, numa experiência vivida por outros países, nos quais, depois de uma desvalorização, houve recessão, a inflação subiu, houve aumento do desemprego e isso se generalizou. E o povo disse: ‘meu Deus do céu, este homem, em quem eu votei duas vezes para segurar a barra, não segurou, nos enganou, não disse antes que ia fazer isso’. Na verdade, não ia fazer, fui obrigado pelas circunstâncias de mercado, mas houve perda de confiança. Acho que é esta a causa fundamental. O ano de 1998 já não foi de crescimento econômico. Em 1999, crescemos 1%, e foi melhor do que se imaginava: esperávamos que seria negativo, em 3% ou 4%. É no meio disso tudo ainda havia a questão do desemprego. Então, há razões objetivas para que a população olhe com desconfiança e não aprove.

**Sucessão** – Um governante não pode se orientar por popularidade, senão ele faz logo concessões demagógicas, faz populismo, e, mais adiante, o povo paga o preço. Estou convencido de que estamos no rumo certo e tenho da-

dos para dizer isso, recuperamos o crescimento econômico. O crescimento da indústria em abril foi o maior desde o tempo do Real. Criamos quase 900 mil empregos nos últimos 12 meses. O rumo está certo. Acho que vamos recuperar a condição de influenciar na sucessão, mas não tenho bola de cristal. O governo tem de ser humilde, tem de discutir. Quando nós mudamos a política cambial não foi fácil, assumi sozinho a responsabilidade, sabia do risco. Agora, os resultados estão começando a aparecer. Por enquanto, ainda não há ligação entre os resultados e o esforço enorme que eu fiz. Sou uma pessoa que acredita na democracia, no povo, na racionalidade. E a população vai voltar a ter uma apreciação mais positiva.

**Social** – O governo nunca deixou de estar preocupado com o social. Desde que eu era ministro da Fazenda, a oposição – no caso eram o PT e seus partidos satélites que saíram com um cartaz assim: “Real é pesadelo” – batia na tecla de que o governo não esta-

va fazendo nada pelo social. Isso é uma sensação que pode passar e, em larga medida, passou no Brasil. É muito difícil, com o ajuste, manter uma política educacional como a que nós mantivemos, os gastos com a saúde aumentaram e a sua eficiência também. É natural que, agora, quando se vê que o ajuste deu certo, superávits primários muito fortes, o dólar relativamente bem, havendo mais recursos, há maior espaço para as políticas sociais.

**Desemprego** – Houve realmente aumento no desemprego. Não há modo de dar emprego a não ser com o crescimento econômico. E isso está acontecendo. A taxa de crescimento esse ano deve ser de 4%. Já disse, nos últimos 12 meses, foram criados quase 900 mil empregos. A taxa de desemprego caiu de 8.1% para 7.8%, isso é bom, mas é pouco. Tem de cair mais. O que o governo vai fazer? Manter políticas continuadas de redução de taxa de juros, dentro das condições que existem. A política de baixar a taxa de juros, aumentar o crédito, criar mercados de capitais, criar condições de investimentos, aumentar a poupança doméstica, mexer na Lei das Sociedades Anônimas, isso tudo é abstrato para o povo. Mas é o certo de fazer para poder haver crescimento econômico e, portanto, maior oferta de emprego. E isso tem de ser feito ao lado das políticas de educação, de saúde, de reforma agrária, de segurança.

**Pobreza** – Existe, e está meio na moda o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelas Nações Unidas. Mostra em cada país, de ano a ano, qual foi o avanço, sobretudo em saúde, medido pela mortalidade infantil, renda, educação. No Brasil, demos um passo adiante. O Instituto João Pinheiro fez um trabalho muito bem feito, município por município, e sabemos onde estão concentradas, portanto, a miséria e a pobreza no Brasil. Basicamente coincide com os Estados do Nordeste. Qual é a idéia? Temos uma boa experiência no Comunidade Solidária, que mostra que não adianta dar dinheiro para o prefeito, o governador, porque não resolve, e em alguns casos, aumenta o desvio da finalidade do uso do dinheiro. O que se tem de ter é a participação da sociedade. Se eu destinar R\$ 100 milhões, R\$ 200 milhões para isso, não acontece nada. Te-



FHC, durante a entrevista via Internet: “Um governante não pode se orientar por popularidade”

## FRASES

“E o povo disse: ‘meu Deus do céu, este homem, em quem eu votei duas vezes para segurar a barra, não segurou, nos enganou, não disse antes que ia fazer isso.’ Na verdade, eu não ia fazer, fui obrigado a fazer pelas circunstâncias de mercado, mas houve uma perda de confiança”  
Sobre a queda na popularidade

“Quando mudamos a política cambial não foi fácil, assumi sozinho a responsabilidade, sabia do risco. Quem paga o maior preço pela mudança sou eu”  
Idem

“Tem de haver respeito. Assim como eu respeito a oposição, assim como eu respeito as manifestações, eles têm de me respeitar. Acho que não se pode ceder, não. Se tiver de ser preso, que seja preso. Não quero Lei de Segurança Nacional, não, mas que se responda. É uma covardia pegar um ovo e jogar, porque é fácil”  
Sobre as manifestações de protesto

nho que motivar a população. Leva tempo. A pobreza tem cinco séculos no Brasil.

**Protestos** – Não posso negar. Mesmo quando o ato é político, ele é social também. Fui eleito em 1994 com maioria absoluta de votos e em 1995 não ia a um lugar do Brasil que não houvesse protesto. Num dado momento, creio que foi na Paraíba, apedrejaram o ônibus e feriram pessoas da minha assessoria, e eu tinha acabado de ser eleito, estava com muita popularidade. Neste momento não há uma greve no setor privado. Onde há greve? No setor público. Por que há greve no setor público? Por causa do ajuste fiscal, efetivamente, os funcionários foram os mais contidos em suas justas ambições de ganhar mais. É justo. Só que não posso fabricar dinheiro. Os setores sindicais mais agressivos se deslocaram do setor privado para o público. Eles são mais duros na negociação. E é indiscutível que há grupelhos que têm teo-

secretaria. Isto é ultrapassar o limite da lei. Quem saiu ferido – que eu saiba – foi o governador de São Paulo. O Covas (Mário Covas), que é um democrata, foi lá para garantir a ida e vinda dos funcionários retidos. Acho que se deve processar o rapaz que jogou o ovo – e está identificado – no ministro José Serra, ou quem fez isso contra o Covas. Processar, porque a lei é para todos. Não quero que confundam minhas palavras de repulsa à violência com repulsa à reivindicação e ao protesto. A greve é normal num regime democrático, claro que não em serviços essenciais. É preciso que haja regras. Acho que o povo sabe disso.

**Professores** – Não serei de forma alguma candidato nem vou, para apoiar alguém, adotar medidas demagógicas (respondendo se iria esperar chegar mais perto das eleições para conceder reposição salarial aos professores). Nunca fiz isso e pago preço alto justamente por não fazer. O professor de nível 4 (de ensino universitário federal), que é doutor, tem tempo integral (dedicado à instituição) e exclusividade. De 1995 para cá, o salário dobrou. Passou de R\$ 2 mil e poucos para R\$ 4 mil e poucos. É suficiente? Não. Mas dobrou. Para quem ganha salário mínimo, é muitíssimo. Quem está na classe média alta vai achar que é pouco. A desigualdade é tão grande no Brasil que qualquer que seja o aumento que você dê, é pouco para uns e é escandaloso para outros. O nosso problema é essa diferença tão grande de níveis da sociedade.

secretaria. Isto é ultrapassar o limite da lei. Quem saiu ferido – que eu saiba – foi o governador de São Paulo. O Covas (Mário Covas), que é um democrata, foi lá para garantir a ida e vinda dos funcionários retidos. Acho que se deve processar o rapaz que jogou o ovo – e está identificado – no ministro José Serra, ou quem fez isso contra o Covas. Processar, porque a lei é para todos. Não quero que confundam minhas palavras de repulsa à violência com repulsa à reivindicação e ao protesto. A greve é normal num regime democrático, claro que não em serviços essenciais. É preciso que haja regras. Acho que o povo sabe disso.

**Professores** – Não serei de forma alguma candidato nem vou, para apoiar alguém, adotar medidas demagógicas (respondendo se iria esperar chegar mais perto das eleições para conceder reposição salarial aos professores). Nunca fiz isso e pago preço alto justamente por não fazer. O professor de nível 4 (de ensino universitário federal), que é doutor, tem tempo integral (dedicado à instituição) e exclusividade. De 1995 para cá, o salário dobrou. Passou de R\$ 2 mil e poucos para R\$ 4 mil e poucos. É suficiente? Não. Mas dobrou. Para quem ganha salário mínimo, é muitíssimo. Quem está na classe média alta vai achar que é pouco. A desigualdade é tão grande no Brasil que qualquer que seja o aumento que você dê, é pouco para uns e é escandaloso para outros. O nosso problema é essa diferença tão grande de níveis da sociedade.

**Corrupção** – O Brasil não aguenta mais a corrupção, a impunidade. Agora, aumentou muito o grau de controle e é bom isso. Reclama-se mais, aponta-se mais. Já se começou a punir também. Punição não é um ato do Executivo, é um ato do Judiciário. A legislação brasileira, o processo penal e o processo, em geral, são muito lentos, permitem muitas marchas e manobras. Diz-se sempre que a pessoa que tem dinheiro paga um bom advogado, sai ileso, posterga. Os ânãos do Orçamento até hoje estão sem nenhuma penalidade, que se saiba. A morosidade da Justiça exis-

te. Mas há processos de cassação de mandatos em curso no Congresso. (Sobre o caso do prefeito afastado de São Paulo, Celso Pitta): É um escândalo, uma vergonha. Ali tinha o envolvimento de vereadores, da administração local, corrupção organizada, achaque aqui, achaque ali. Mas já tem vereador preso, cassado, o que é bom. Já tem prefeito afastado, o que é, no caso, correto, porque seria impossível sua permanência sem explicar o que se passou. Tem de ser assim mesmo.

**Violência** – A segurança do cidadão, constitucionalmente, é afeta aos governos estaduais, que dispõem das Polícias Civil e Militar. Vê-se que o número de presos em São Paulo aumentou muito. No Rio, também. A polícia, às vezes, até de uma maneira que não posso apoiar, mata, mas não obstante não pára. Por quê? Há um aumento muito grande da delinquência. O governo federal cuida do contrabando e do narcotráfico. Lavagem de dinheiro não era crime no Brasil, passou a ser ano passado. Antes, era proibido que a Receita obtivesse uma informação do Banco Central sobre o manejo do dinheiro, por causa do sigilo. Agora, conseguimos e criamos a Coaf (Comissão de Controle de Atividades Financeiras). Acho que precisamos juntar o Ministério Público a esta ação organizada do governo. O Ministério Público está muito preocupado em detectar deslizos do governo e menos preocupado em detectar esse tipo de questão. Talvez seja falha do governo em não puxar mais o Ministério Público. Começamos a organizar isso; criei a Senad, a Secretaria Nacional Antidrogas. Pretendo, em cooperação estreita com os governadores, aumentar essa cooperação. Temos de nos unir. O Brasil estava despreparado para enfrentar o crime organizado. Estamos, institucionalmente, nos preparando.

**Forças Armadas** – As fronteiras são uma questão interessante. A toda hora, se diz, sim, a Amazônia, o Sivam, o tráfego aéreo. Levei um ano, sob fogo da imprensa e da oposição, que dizia que era o “escândalo do Sivam”. O escândalo era não fazer o Sivam, porque ele iria permitir, como vai permitir, controlar o contrabando. Vou terminar meu mandato e vou deixar o Sivam feito. Algumas pessoas mais precipitadas dizem: “Põe o Exército para tomar conta de segurança pública”. Bem, o Exército é composto de recrutas, rapazes de 17, 18 anos, sem preparo nesse tipo de coisas. Eles estão se preparando para a guerra, a defesa da pátria. Não é um Exército de profissionais e do nosso. Profissional é a polícia. O Exército não é para isso, mas para ajudar no controle da fronteira, na informação de inteligência, ajudar no controle aéreo, sem dúvida alguma, e, se for o caso, em casos graves. Precisamos ter gente preparada, porque temos problemas de fronteira, temos de ter certa projeção de poder na América do Sul, porque precisamos, em última instância, aí sim, defender os poderes constitucionais. Temos de, se o caso é este, dar mais apoio às polícias.

**Peru** – O Brasil não vai se pôr na posição de guarda do mundo. Não vamos assumir a posição de potência regional, que vai ditar normas. Outra coisa são os valores universais, os valores de direitos humanos, a própria democracia. Isso temos obrigação de preservar. No caso do Peru, houve duas eleições. Não quero julgar se o presidente Alberto Fujimori deveria ou não se apresentar pela terceira vez – os tribunais aceitaram. Não estou endossando politicamente, a decisão dele nem coisa nenhuma. Há muitos países na América Latina onde pode ter havido fraude com consentimento e apoio do governo ou não. No Brasil pode ter havido fraudes. Mas isso invalidaria as eleições em bloco? Não. Tem de pensar um pouco mais. No conjunto, Fujimori teve mais de 50%. Então, na substância, teve a maioria e na democracia – eu sei que não é só isso – o pilar é o governo da maioria. E ele obteve a maioria, reiteradamente. Pode-se gostar dele ou não.

QUE  
MUDOU FOI  
A CRISE DO  
REAL

PAÍS NÃO  
AGÜENTA  
MAIS A  
CORRUPÇÃO